

A VISÃO CONSTITUCIONAL DA PESSOA

[CONSTITUTION VIEW OF THE PERSON]

Wellistony C. Viana *

RESUMO: Segundo a Visão Constitucional (VC), a pessoa não é idêntica nem ao seu corpo nem aos seus estados psicológicos. O que indica com que uma Pessoa₁ em t₁ seja a mesma Pessoa₂ em t₂ é a sua Perspectiva em primeira pessoa (PPP). A pessoa seria, então, constituída por um corpo, mas não idêntica a ele. O presente artigo levanta algumas críticas à Visão Constitucional de L. R. Baker, as quais redirecionam para uma forma não-fisicalista de se colocar o problema da identidade pessoal, diferente daquela de Baker.

PALAVRAS-CHAVE: metafísica da pessoal, identidade pessoal, visão constitucional, fisicalismo.

ABSTRACT: According to the Constitution View (CV), the person is not identical to his body or even to his psychological states. What makes a Person₁ at t₁ the same Person₂ at t₂ is his first-person perspective (FPP). The person would be then constituted by one body, but not identical to it. The present paper raises some criticisms of the Constitution View of L. R. Baker, which redirect to a non-physicalist form of putting the problem of personal identity, different from that of Baker

KEYWORDS: metaphysics of person, personal identity, Constitution View, Physicalism.

De acordo com a clássica divisão de Christian Wolf, a metafísica da pessoa compunha uma das três metafísicas especiais (*metaphysica specialis*) que discorriam sobre os seguintes campos específicos da Metafísica: a teologia racional, a cosmologia racional e a psicologia racional. Essa última constituía o campo da metafísica que tratava das relações entre a substância espiritual e a matéria. As metafísicas especiais eram compreendidas no âmbito de uma metafísica geral (*metaphysica generalis*), também denominada ontologia, que tematizava as propriedades gerais dos entes.

* *Doutor em filosofia pela Hochschule für Philosophie de Munique-Alemanha. Atualmente é coordenador e professor do curso de filosofia do ICESPI (Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí). m@ilto: wtoni@tiscali.it*

O debate sobre a metafísica da pessoa tem merecido destaque no contexto da filosofia analítica nas últimas décadas. Isso se explica por vários fatores, entre eles, o interesse antigo e sempre novo de querer obter a resposta à pergunta: quem sou eu? Saber quem somos constitui uma tarefa existencial e um dos maiores desafios para a filosofia: que fator garante que aquela criança da foto sentada no colo de minha mãe seja idêntica a mim, 38 anos depois? O debate sobre a metafísica da pessoa não se resume tão-somente ao problema existencial, mas também implica problemas éticos e filosófico-religiosos, como o aborto, a eutanásia e a sobrevivência do “eu” depois da morte corporal: quando começa ou termina a existência de uma pessoa humana? Qual fator determina sua persistência no tempo e fora do tempo?

Não poucas respostas são levantadas. No primeiro ponto, analisamos a visão biológica e a visão psicológica¹. A primeira identifica a pessoa humana com seu corpo e a segunda, com suas memórias e estados psicológicos. Logo após, discorreremos sobre uma resposta alternativa: a visão constitucional, sobretudo aquela elaborada por Lynne Rudder Baker, que defende ser a pessoa humana uma *constituição* de corpo e mente, sem deixar de professar uma forma de fisicalismo. Somente no terceiro ponto, levantamos algumas críticas à visão de Baker e oferecemos uma *direção* de estudos para uma visão constitucional não fisicalista.

1. VISÃO BIOLÓGICA E PSICOLÓGICA DA IDENTIDADE PESSOAL

No debate atual, são duas as tendências que predominam a respeito do critério da identidade pessoal no tempo: a visão biológica e a visão psicológica. Ambas as posições geram problemas irresolúveis quando concebem *identidade* como uma relação *necessária* entre a pessoa seja com seu corpo, seja com suas memórias ou estados psicológicos.

Na Visão Biológica (VB), a pessoa não apresenta uma relevância ontológica à parte daquela corporal enquanto pode ser reduzida aos seus componentes físicos². Seguir-se-ão sínteses de alguns argumentos prós e contras tal posição. Essa tese será elaborada aqui apresentando seus melhores argumentos. A VB pode ser expressa da forma seguinte:

(VB) Pessoa x em t_1 é igual à pessoa y em t_2 se e, somente se, y em t_2 tiver o mesmo cérebro que x em t_1 .

A VB não afirma simplesmente que uma pessoa é identificada com partes não vitais do corpo ou mesmo com partes vitais substituíveis. Nenhum defensor da VB afirma, por exemplo, que, se eu chegar a perder um braço ou cortar uma unha, perderei minha identidade pessoal. Nem mesmo a substituição de um órgão vital como o coração, pulmão, rins etc. poderia tornar-me outra pessoa ou fazer perder completamente minha identidade. A história será, porém, diferente se tal órgão for o cérebro. Segundo a neurofisiologia moderna, estão centradas no cérebro humano todas as nossas memórias, sentimentos, convicções, personalidade e consciência. Para a VB, então, o critério que define a continuidade de nossa personalidade no tempo pode ser identificado com a conservação do cérebro. Se esse perder partes essenciais, como a do córtex superior, poderíamos admitir uma perda de identidade ou mesmo a morte de uma pessoa³. Dessa forma, vem afirmado pela VB que tudo aquilo que chamamos de *qualia* são, necessariamente, estados mentais dependentes de estados físicos ou funções neuronais.

À primeira vista, a VB parece ser a explicação mais sensata e científica para a identidade pessoal. Quem diria que nosso corpo não é um critério para definir quem somos? Qual teoria poderia nos provar que aquilo que vejo no espelho, meus olhos, boca, nariz etc., não sou eu mesmo? Quem poderia ainda negar que o cérebro determina, em grande parte, minha personalidade, sentimentos e outros *qualia* que tenho? Se, por exemplo, dissesse que eu não sou meu corpo, mas minhas memórias ou estados psicológicos (como afirma a visão psicológica), então poderíamos afirmar, por exemplo, que eu jamais fui um feto, pois fetos não são dotados de estados mentais. Ou ainda que eu nunca seria um cadáver, pois nem mesmo estes possuem estados mentais. A VB parece, portanto, gozar de bastante plausibilidade, tanto do ponto de vista científico quanto do senso comum.

Problemas, no entanto, surgem quando fazemos alguns experimentos mentais que empurram a VB para um canto, onde fica mais fácil observar suas teses contraintuitivas. Esses experimentos

foram usados por diversos autores para combater a VB. Um deles é aquele que usa da imaginação para perguntar: o que aconteceria se pudéssemos realizar o transplante do cérebro de João no corpo de Aline? Quem seria quem: Aline seria então João, uma vez que tem seu cérebro? Ou mais ainda, se pudéssemos ainda dividir (*fission problem*) o cérebro de João e colocar em Aline somente 51% de seu cérebro e os outros 49% permanecessem com João, onde estaria João neste caso: no corpo de Aline ou no corpo de João? Esses experimentos nos levam a questionar sobre a improbabilidade da VB.

Um defensor da VB poderia simplesmente negar tais experimentos afirmando que tudo faz parte de fantasias esdrúxulas. No entanto, pode-se dizer que, como qualquer teoria empírica, a VB pode ser falsificada um dia, se levarmos a sério certos avanços na área de transplantes. Quem poderia imaginar que alguém pudesse viver com o coração de outra pessoa ou mesmo com partes biônicas do corpo? Além disso, seria pouco provável afirmar que somente nosso corpo nos define como pessoas, pois a semelhança genética entre o corpo de um humano e o corpo de primatas como o chimpanzé é de 98, 6%. Isso significa que apenas 1,4% nos diferencia corporalmente deles. Ou seja, geneticamente, somos mais semelhantes aos macacos do que um camondongo em relação a um rato, pelo menos 10 vezes mais semelhantes⁴. Fica, portanto, difícil de aceitar que nossas dessemelhanças em relação aos primatas sejam apenas 1,4%, uma vez que nós, seres humanos, desenvolvemos uma linguagem simbólica e abstrata, instrumentos como computadores e, sobretudo, conseguimos produzir algo como a “Gioconda” ou a “Divina Comédia”. Se a VB tivesse razão, seria difícil imaginar como uma diferença quantitativa tão pequena poderia gerar uma diferença qualitativa tão extrema.

Poderíamos, então, concluir que a visão psicológica (VP) seja a solução apropriada ao problema da identidade pessoal? A VP remonta a John Locke no capítulo XXVII “sobre a Identidade e Diversidade” de seu *Ensaio sobre o Entendimento humano* (1689)⁵. Nesse capítulo, Locke evidencia que a identidade pessoal não está fundada nem em uma substância, nem numa suposta alma ou mesmo no próprio corpo. A identidade pessoal depende somente da *consciência* ou da *memória* de um indivíduo. A VP pode ser assim descrita:

(VP) Pessoa x em t_1 é igual à pessoa y em t_2 se e, somente se, y

em t_2 tiver a memória em primeira pessoa das percepções, crenças e preferências que tem x em t_1 .

A VP afirma uma continuidade psicológica que conecta as lembranças do indivíduo no passado com o presente e o futuro. Tal conexão seria para Locke condição necessária e suficiente para garantir a identidade pessoal ao longo do tempo. Mas o critério psicológico traz consigo problemas. O primeiro é o caráter transitivo que precisa ter a identidade pessoal, o qual não condiz com o critério psicológico. Vários exemplos foram levantados. Imaginemos uma situação em que João aos 15 anos (João₁) roubou manga no quintal da vizinha e se lembra dessa situação aos 30 anos de idade (João₂) quando se casou com Clara, mas esquece esse mesmo fato aos 70 anos (João₃). Ora, o João₁ é idêntico ao João₂, porém não seria idêntico ao João₃, visto que este já não tem a mesma memória de João₁. Teríamos então um resultado não transitivo: João₁ = João₂, João₂ = João₃, mas João₃ ≠ João₁, evidência incompatível com a identidade pessoal. João₃ tem que ser igual a João₁, embora a lembrança do roubo tenha se perdido em seu inconsciente.

Outro argumento contra a VP é o chamado *two-many-thinkers problem* que consiste em imaginar uma situação futura em que poderemos transferir todas as lembranças, crenças e percepções de um indivíduo para um clone seu, tornando impossível saber quem será ele depois desse processo. Isso também poderia ser imaginado ao transferir meus estados mentais para uma máquina ou mesmo multiplicá-los em centenas de máquinas diferentes. Quem serei *eu* ao término desse experimento? O critério psicológico encontra também desafios no tocante a problemas éticos, tipo aborto ou eutanásia. Se a pessoa é idêntica aos seus estados mentais, pode-se concluir que ninguém jamais fora um feto ou mesmo será um cadáver, já que nessas condições não se tem estados mentais. Embora sem radicalizar as situações, pode-se dizer que, se o critério psicológico fosse verdadeiro, nem mesmo haveria um *eu* no momento do sono, do desmaio, da perda de memória ou qualquer outra forma de alteração ou interrupção das conexões psicológicas, o que parece altamente contraintuitivo. Dessa forma, observa-se que o critério psicológico não é necessário nem suficiente para a identidade pessoal.

Há quem afirme, inclusive, que a VP seja trivial para o problema

da identidade pessoal, pois somente faria sentido mencionar o critério psicológico quando x e y são a mesma pessoa em tempos diferentes com as mesmas lembranças. Quando x e y não são idênticos, embora possuindo iguais lembranças, crenças e percepções, não se poderia falar de critério psicológico para identidade pessoal. Isso significa que o critério psicológico pressupõe *ab ovo* uma identidade pessoal.

2. A IDENTIDADE PESSOAL NA VISÃO CONSTITUCIONAL

A visão constitucional (VC) da pessoa rejeita a VB e a VP no que diz respeito à identidade pessoal. Pessoas não são idênticas nem ao seu corpo, nem às suas lembranças, mas constituem uma entidade ontológica originária.

A VC remonta a Aristóteles que afirmava serem alma e corpo elementos constituintes da pessoa humana na medida em que o corpo seria a *matéria* e a alma a *forma*. Para Aristóteles, corpo e alma não são duas substâncias completas, mas incompletas. Ele utiliza o exemplo da estátua de Apolo para ilustrar sua concepção: a matéria é o mármore e a forma é a figura de Apolo. Não existiria a estátua sem o mármore ou mesmo sem a forma de Apolo. Corpo e alma constituiriam uma unidade originária de tal forma, que, se houvesse apenas um deles, não haveria a pessoa. Na Idade Média, São Tomás de Aquino será do mesmo parecer contra os imaterialistas: a pessoa humana não se identifica com o corpo e tampouco com a alma, *constitui-se* de corpo e alma.

Uma das defensoras da VC nos tempos atuais tem sido a professora Lynne Rudder Baker da Universidade de Massachusetts. Baker afirma uma diferença fundamental entre *constituição* e *identidade*, pelo menos da forma como essa vem compreendida na mereologia. A pessoa seria constituída pelo corpo, mas não estritamente idêntica a ele. Para explicar o conceito de “constituição”, Baker assevera que a ideia de identidade implica normalmente a modalidade da necessidade, enquanto a de constituição traz consigo apenas a modalidade da contingência. Constituição seria, então, para Baker uma “identidade contingente”⁶. Uma Identidade estrita, como

geralmente se pensa em mereologia, poderia ser assim simbolizada:

$$IE_{def}: x = y \rightarrow \Box (x = y)$$

Uma identidade contingente teria outra formalização, a saber:

$$IC_{def}: x = y \rightarrow \nabla (x = y)^7.$$

A concepção de uma “identidade contingente” se aplica amplamente na natureza e nos artefatos. Uma cadeira, por exemplo, não é idêntica necessariamente à madeira, mas apenas de forma contingente. A cadeira é uma constituição da forma “cadeira” pela matéria “madeira”. Isso se traduz da seguinte maneira: aquilo que faz com que a cadeira seja cadeira, não é a madeira enquanto tal, mas outra propriedade. De igual forma, aquilo que faz com que a madeira seja madeira, não é a propriedade que faz com que a cadeira seja cadeira. Isso remete à concepção aristotélica de propriedades essenciais e acidentais. A cadeira tem uma propriedade essencial diferente da essencial da madeira enquanto madeira, de tal modo que, uma cadeira, para ser cadeira, não precisa da madeira necessariamente, mas só contingentemente (uma vez que posso fabricar uma cadeira de plástico, ferro etc.). Uma propriedade essencial permite que uma coisa persista no tempo sem deixar de ser ela própria. Baker nomeia essas propriedades (essencial e acidental) de propriedade *não-derivada* e *derivada*. Uma propriedade “não-derivada” seria essencial, no momento em que define a coisa enquanto tal; a “derivada” seria uma propriedade compartilhada por um ser que tem outra propriedade como essencial. Se x é constituído por y em t , então significa que x apresenta uma propriedade não-derivada que o define como x , digamos P_1 e, ao mesmo tempo, possui uma propriedade derivada y pela qual vem constituído, digamos P_2 . Ora, x é estritamente idêntico a P_1 , mas somente contingentemente idêntico a y que tem P_2 como propriedade essencial. Pode-se dizer que x e y compartilham as propriedades P_1 e P_2 em t , mas de forma diferente. Voltemos ao exemplo da cadeira: se x é

cadeira e y é madeira, então x possuirá muitas propriedades de y e vice-versa. Se, por exemplo, y tem 5 kg, x também terá 5 kg, mas apenas de forma derivada. Semelhantemente, se x tem a propriedade não-derivada de ser “algo para sentar-se”, também o terá y em um determinado tempo t de forma derivada. Em resumo, afirmar uma identidade constitucional entre x e y significa que ambos possuem uma *unidade genuína*.

34

O conceito de identidade constitucional se aplica ao de pessoa humana. Segundo Baker, a pessoa não é idêntica ao corpo animal, assim como a estátua de Apolo não é idêntica ao mármore. Dizer que a pessoa é *constituída* pelo corpo humano significa afirmar que o corpo é a pessoa, mas apenas de forma derivada, isto é, contingente. A pessoa deve sua persistência no tempo à outra propriedade que Baker chama de *perspectiva em primeira pessoa* (PPP). A pessoa é idêntica à sua perspectiva em primeira pessoa de forma não-derivada e idêntica ao seu corpo humano de forma derivada. Revelar que x é constituído por y implica afirmar que x e y têm propriedades comuns, mas não são estritamente idênticos. Se João tem um corpo deficiente de um braço, então é a pessoa de João que é deficiente físico. A deficiência física é uma propriedade contingente ou derivada da pessoa de João. No entanto, a pessoalidade de João não traz nenhuma deficiência pelo fato de seu corpo não apresentar uma parte. Por conseguinte, a pessoalidade de João não é definida por sua corporalidade e sim sua PPP. Afirmer que João é seu corpo e João é sua PPP não significa a existência de dois Joões, mas um só João constituído por um corpo deficiente. As duas propriedades, corpo e PPP, estão unidas de forma contingente: seu corpo de forma derivada e sua PPP de forma não-derivada.

Como Baker define a PPP? É a PPP que possibilita à pessoa a existência de uma vida interior, transcendência, autoconhecimento, motivos, desejos, crenças e ações livres; em uma palavra: ela significa *autoconsciência*. Mas, a autoconsciência não seria idêntica às minhas memórias e estados mentais, tal como afirma a VP? A VC ultrapassa a VP no momento em que a perspectiva em primeira pessoa constitui uma originalidade ontológica, isto é, ela não se confunde com estados mentais reduzidos a estados neuronais, mas introduzem uma novidade ontológica no mundo. Essa acepção coloca a VC entre aquelas correntes chamadas materialistas não-reducionistas no que diz respeito

ao problema mente-corpo. Estados mentais não seriam reduzidos a estados neuronais, mas representariam uma novidade ontológica, afirmando um monismo físico de um lado e, de outro, uma dualidade de propriedades. Analisaremos este aspecto posteriormente.

Há para Baker duas formas de PPP, uma rudimentar e outra robusta. Essas se distinguem pelo fato de a PPP robusta constituir o pleno exercício do autoconhecimento e vontade livre, que para Baker coincide com a aquisição de uma língua⁸. Pessoas existem quando possuem pelo menos uma PPP rudimentar, decidida através de três critérios: a) quando seres são conscientes e capazes de sentir (dor, prazer etc.); b) quando são capazes de imitar e c) quando seus comportamentos são explicáveis somente através de suas crenças, desejos, convicções⁹. Segundo Baker, seres humanos teriam uma PPP rudimentar “perto do nascimento” e não a partir da existência do zigoto. Da mesma forma, pessoas terminariam ou morreriam no momento em que fosse impossível recobrar a PPP, isto é, depois da corrupção do cérebro.

A VC, tal como Baker concebe, traz consequências diretas para problemas éticos como aborto e eutanásia, além de tocar concepções filosófico-religiosas, como a imortalidade do *eu*. O problema do aborto se coloca da seguinte forma: se um corpo humano constitui uma pessoa somente depois que adquiriu uma PPP rudimentar, poder-se-ia interromper uma gravidez antes desse momento, sem ameaçar o valor da pessoa de outrem. Baker é contra a ideia de que haja uma pessoa humana logo depois da fecundação, quando se tem apenas o zigoto. Sua argumentação defende que ainda há a possibilidade de *gemação* no zigoto, o que geraria não um, mas dois indivíduos. Não se poderia falar, então, numa PPP rudimentar, que definiria uma identidade pessoal, antes desse fenômeno. O corpo humano teria uma PPP rudimentar somente depois das 29 semanas de gestação, período esse em que já se superou o problema da partição do zigoto e quando se poderia afirmar que o bebê pode sentir dor ou prazer.

A possibilidade de sobrevivência do “eu” após a morte advém do pressuposto de que a pessoa não se identifica necessariamente com o corpo humano, mas apenas de forma contingente. O corpo humano seria necessário para a pessoa *no tempo e no espaço*, embora não suficiente para explicar a pessoa humana como um todo; essa

necessidade, no entanto, não se aplica a todos os mundos possíveis. Efetivamente, tal necessidade é apenas contingente, isto é, para esse mundo envolvido pelas categorias de espaço e tempo. Daí deriva a *possibilidade* da PPP continuar sua atividade, mesmo sem um corpo animal¹⁰.

36 3. NOTA CRÍTICA À VC DE BAKER

A VC de Baker pode ser classificada entre as chamadas teorias fisicalistas não-reducionistas, pois afirma que há certo monismo material ao lado de propriedades situadas em níveis ontológicos diferentes, mas sempre dependentes do mundo físico¹¹. No caso da VC, a personalidade seria uma propriedade com certa originalidade ontológica, capaz de interagir com o mundo físico, mas não reduzível a estruturas físicas. A ideia de *constituição* declara que a mente (o “eu”) é constituída pelo corpo (cérebro), porém não se identifica necessariamente com ele. Ao mesmo tempo em que Baker declara sua dualidade de propriedades, não deixa de confessar sua posição contra o imaterialismo ou contra a ideia de que o “eu” constitua uma substância independente do mundo físico, o que resvalaria numa dualidade de substâncias de tipo cartesiano. O primeiro passo crítico a se fazer quanto à VC de Baker deve ser dirigido ao fisicalismo não-reducionista como um todo.

O fisicalismo não-reducionista padece, sobremaneira, de uma contradição interna, pois sinaliza para a originalidade dos estados mentais em relação aos estados neuronais através de uma suposta *irreducibilidade*, a qual eles não sabem definir com precisão! Em suma: enquanto se afirma um monismo físico para todas as entidades, defende-se uma “diferença” dos níveis superiores (estados mentais ou personalidade) em relação aos físicos. Essa é a posição, por exemplo, de John Searle que vem criticada por Puntel da seguinte forma:

Searle afirma duas teses que se contradizem: (1) $\text{físico}_0 \neq \text{físico}_1$ (p. ex.: o subâmbito mental) $\neq \text{físico}_2$ (p. ex.: o subâmbito social) $\neq \dots \neq \text{físico}_n$; (2) $\text{físico}_0 = \text{físico}_1$ (p. ex.: o subâmbito mental) = físico_2 (p. ex.: o subâmbito social) = $\dots = \text{físico}_n$. Searle conseguiria escapar da autocontradição somente se aclarasse e formulasse com precisão o conceito do *físico* (*physical*). Se for

introduzida e assumida uma diferença entre o “físico” e o “não-físico”, então só pode tratar-se de dois diferentes subâmbitos de um “âmbito abrangente ou fundamental” a ser pressuposto. Se, para esse âmbito abrangente ou fundamental, for empregada ou se quiser empregar mais uma vez a palavra “físico”, então é preciso especificá-la com toda clareza, para distingui-la dos subâmbitos que se diferenciam em “físico” e “não-físico”¹².

O problema é que o fiscalismo não-reducionista busca conciliar duas propriedades dos estados mentais. A princípio, seu poder de interagir com o mundo físico; depois sua originalidade ontológica. Ora, as duas posições não podem ser juntamente assumidas, ao mesmo tempo em que se aceita o princípio do “fechamento causal” do mundo físico, isto é, a posição afirmativa que todo fenômeno físico tem uma causalidade também física. Deve-se abdicar de uma das posições se tal princípio for verdadeiro, pois se, de um lado, os estados mentais constituírem uma novidade ontológica, não se poderá conciliar essa novidade com o fato de que ela possa interagir com o mundo físico. Se estados mentais não são reduzíveis a estados físicos, isto é, têm natureza não-física, pode-se perguntar se seriam mesmo capazes de influenciar causalmente o mundo físico, uma vez assumido o princípio do “fechamento causal” do mundo físico. Assim, poder-se-ia afirmar uma novidade ontológica sem poder causal, evidenciando seu caráter contraintuitivo. Mas se, sob outro aspecto, insiste-se no poder causal de estados mentais ou da personalidade (pressuposto que essa seja caracterizada pela PPP), então se deveria assumir que tais estados são reduzíveis a estados físicos (em nosso caso, seria dizer que a pessoa seria reduzida ao seu corpo, resvalando na VB), confirmando-se aí seu caráter contraintuitivo, como mostrado na primeira parte desse texto¹³.

Posto esse questionamento sobre o fiscalismo não-reducionista, deve-se escolher: ou se afirma a novidade ontológica de estados mentais e, daí, dever-se-ia negar seu poder causal; ou se pontua o poder causal, negando, porém sua novidade ontológica. Nesse sentido, o fiscalismo não-reducionista enfrentaria sérios obstáculos para justificar coerentemente sua posição. Ficariam apenas duas alternativas: decidir-se por uma posição monista materialista ou por uma dualista, isto é, por um fiscalismo reducionista ou um dualismo de substâncias. Isso significa, em nosso caso, ou afirmar a VB ou defender uma VC que não seja fiscalista. Pode-se defender uma VC sem tropeçar num dualismo

de substâncias? Não seria oportuno aqui entrar nessa discussão. Digase somente: há posições que defendem o mesmo tipo de VC, afirmando uma bidimensionalidade da realidade. Corpo e mente seriam duas dimensões do ser como um todo, o que asseguraria tanto a novidade ontológica, quanto o poder causal de estados mentais¹⁴.

Outro aspecto crítico em relação à VC de Baker reside no fato de ela aceitar somente dois tipos de PPP, uma robusta e outra rudimentar. Porque fetos não podem sentir dor ou prazer, imitar gestos e explicar seus comportamentos através de crenças, desejos etc., não seriam portadores de uma PPP rudimentar, dando liceidade à prática do aborto em estágios iniciais da gravidez. Na realidade, Baker simplesmente “define”, a partir de sua concepção, quais critérios devem ser considerados para atribuir uma PPP rudimentar ao corpo humano; pode-se, certamente, questionar se sua lista é completa. Torna-se possível, contudo, acrescentar outro tipo de PPP, anterior à rudimentar, a saber: uma *potencial*. Esta não se confunde com a rudimentar porque não requer elementos *atuais*, como aqueles elencados nos critérios para se determinar uma PPP rudimentar. O critério para se constatar uma PPP potencial consiste na identificação, num determinado corpo, das condições físicas necessárias e favoráveis para se desenvolver uma PPP rudimentar. O zigoto apresenta tais condições e viabilizará esse processo, caso não haja algum impedimento externo. A PPP potencial é totalmente interna, mas precisa das condições externas que favoreçam seu desenvolvimento. Para todos os efeitos, um zigoto humano tem sempre um PPP potencial, diferentemente do zigoto de um cão ou do simples espermatozoide humano.

Além disso, o conceito de PPP rudimentar de Baker carece de base numa PPP potencial, sem a qual não se poderia saber como tal PPP rudimentar apareceu. Segundo Baker, a PPP rudimentar não é uma propriedade derivada da pessoa, mas, sim, não-derivada. Isso significa que um embrião, que ainda não possui uma PPP rudimentar ou que não possui em ato tal propriedade, não poderia tê-la nem mesmo em potência, pois somente há uma potência fundada num ato. Ora, não pode ser uma potência fundada na própria pessoalidade, pois esta ainda não existe! Está ela fundada no corpo? Então a PPP rudimentar seria necessária e suficientemente microdeterminada pelo corpo, colocando em risco a originalidade ontológica da PPP, tornando-a reduzível a estruturas físicas. Se Baker insiste em dizer que a PPP é uma

propriedade original e não reduzível ao físico, então se questiona de onde surge esta propriedade! Baker assume que a organização de estruturas físicas poderia originar níveis diferentes de ontologicidade como, por exemplo, átomos estão num nível ontológico menor que um agrupamento de átomos que compõe uma cadeira. Ora, a cadeira e o agrupamento de átomos coincidem espacialmente, mas a cadeira é um “ser” superior e diferente do mero agrupamento de átomos. Essa explicação ajudaria a entender a natureza ontológica da PPP, mas, constituiria ainda uma espécie de reducionismo, pois a origem da PPP estaria *ab ovo* fundada em estruturas físicas, comprometendo sua originalidade ontológica¹⁵.

4. CONCLUSÃO

À primeira vista, pode-se pensar que este autor defende uma VC fundamentada numa dualidade de substâncias. Essa conclusão, no entanto, não é necessária. Pode-se admitir uma VC baseada numa bidimensionalidade do ser, sem defender a união entre duas substâncias, uma material e outra imaterial. A bidimensionalidade do ser como um todo afirmaria que matéria e pensamento, estados neuronais e estados mentais, corpo e mente representam duas faces de uma mesma realidade, como os dois lados compõem o todo de uma moeda. A pessoa humana seria cidadã de dois mundos: um espiritual e outro material, sem resvalar em dualismos, mas afirmando uma dualidade do mundo; sem deslizar em um monismo, indicando, porém, uma unidade originária no “eu pessoal”. Esse “eu” representa uma constituição ou configuração de uma dimensão espiritual e outra material, em que o espiritual é constituído pelo material, sem identidade estrita. Nesse caso, a dimensão espiritual constituiria a identidade do “eu” de forma essencial, ou seja, necessária, sendo caracterizada pelas propriedades básicas do Intelecto, da Vontade e da Consciência. O corpo representa a dimensão material e histórica que faz parte do “eu”, mas apenas de forma relativa, pressupondo que, após a morte corporal, poder-se-ia falar da sobrevivência do “eu espiritual” em apenas uma das dimensões do ser como um todo¹⁶.

Em síntese, observa-se que a VC de Baker não é a única forma de se defender seja a originalidade ontológica do “eu”, seja a

capacidade de influenciar o mundo físico, sem tropeçar num monismo fiscalista ou num dualismo de substâncias. O “eu pessoal” seria então uma constituição originária de duas dimensões do ser como um todo: espiritualidade e corporalidade. Com efeito, repetimos, a seguir, o critério de identidade pessoal apresentado por Puntel:

40 Duas configurações, que constituem dois indivíduos *a* e *b*, são idênticas se, e somente se, elas têm exatamente o mesmo *local intencional-sistemático*. Este é o caso se, e somente se, as duas condições seguintes forem satisfeitas:

(iii) As duas configurações possuem exatamente os mesmos fatos primos de todas as formas e âmbitos (condição material),

(iv) Todos os fatos primos estão em ambas as configurações exatamente na mesma sequência e possuem as mesmas interconexões (formais) (condição formal)¹⁷

Um dos aspectos relevantes de uma filosofia sistemática, como a realizada por L. Puntel é o de situar o problema da identidade da pessoa humana no contexto de uma metafísica geral, algo não presente no debate atual realizado no contexto da filosofia analítica; razão pela qual se faz mister aprofundar as posições de Puntel a fim de inserir a metafísica da pessoa no âmbito mais amplo do ser como um todo e buscar solução para as aporias existentes na filosofia atual acerca do problema da identidade pessoal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAKER, L.R., “Précis of Persons and Bodies: a constitution view” in: *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. LXIV, No. 3, May 2002.

_____. “Big-Tent Metaphysics” in: *Abstracta: Revista de Filosofia*, 1:8–15, 2008.

_____. “Nonreductive Materialism” in: *The Oxford Handbook for the Philosophy of Mind*, Brian McLaughlin and Ansgar Beckermann, eds. (Oxford: Oxford University Press, 2008).

_____. “When Does a Person Begin?” in: *Social Philosophy and Policy*, 22:25–48, 2005.

- _____. “On Making Things Up: Constitution and Its Critics” in: *Philosophical Topics: Identity and Individuation*, 30:31–52, 2002.
- _____. “The Ontological Status of Persons” in: *Philosophy and Phenomenological Research*, 65:370–88, 2002.
- _____. “Conscious and Unconscious Intentionality in Practical Realism” in: *MeQRiMa: Rivista di Analisi del Testo Letterario e Figurativo*, 5:130–35, 2002.
- _____. “What Am I?” in: *Philosophy and Phenomenological Research*, 59:151–59, 1999.
- _____. “Why Constitution is Not Identity” in: *Journal of Philosophy*, 94:599–621, 1997.
- _____. “First Person Aspects of Agency” in: *SISTM Quarterly*, 2:10–16, 1979.
- _____. “Metaphysics and Mental Causation” in: John Heil and Albert Mele, editores, *Mental Causation*, pp. 75–95. Clarendon Press, Oxford, 1993.
- MONTGOMERY, H. A. / ROUTLEY, F. R., *Contingency and non-contingency bases for normal modal logics*. LA Vol. 9 (no. 35-36), 1966.
- NAGEL, Th., “Brain Bisection and the Unity of Consciousness,” in: *Synthese*, Vol. 22, 396–413, 1971.
- OLIVEIRA, M. A. de. *Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica*. São Paulo: Paulus, 2012.
- PUNTEL, L.B., *Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. Trad. Nélcio Schneider, São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2008.

NOTAS

- 1 Temos consciência do limite da exposição feita aqui das visões biológica e psicológica. No entanto, compreende-se a rapidez das análises por conta do objetivo do artigo que consiste na apresentação e crítica da visão constitucional. Esperamos compensar a superficialidade das exposições por meio da bibliografia indicada.
- 2 Cf. autores como M. Ayers, Locke, vol. 2, London: Routledge, 1990, p. 278–292; W. R. Carter, ‘How to Change Your Mind’, *Canadian Journal of Philosophy* 19, 1989, p. 1–14; D. Mackie, ‘Personal Identity and Dead People’, *Philosophical Studies* 95, 1999, p. 219–242; E. Olson, *The Human Animal: Personal Identity Without Psychology*, Oxford

University Press, 1997; P. van Inwagen, *Material Beings*, Ithaca: Cornell University Press, 1990 e B. Williams, 'Personal Identity and Individuation', *Proceedings of the Aristotelian Society* 57, 1956–7.

3 Cf. Th.Nagel, "Brain Bisection and the Unity of Consciousness," *Synthese*, Vol. 22, 396-413, 1971.

4 Cf. *The New York Times*, "In Chimpanzee's DNA, Signs of Y Chromosome's Evolution," September 1, 2005. (<http://www.nytimes.com/2005/09/01>).

5 Apesar da grande diferença entre suas teorias, podemos elencar os seguintes autores contemporâneos como os que defendem a VP: M. Johnston, 'Human Beings', *Journal of Philosophy* 84, 1987, 59–83; B. Garrett, *Personal Identity and Self-Consciousness*, London: Routledge, 1998; H. Hudson, *A Materialist Metaphysics of the Human Person*, Cornell University Press, 2001; D. Lewis, 'Survival and Identity', in *The Identities of Persons*, A. Rorty (ed.), Berkeley: California, 1976 e relançado em seu *Philosophical Papers* vol. I, Oxford University Press, 1983; T. Nagel, *The View from Nowhere*, Oxford University Press, 1986; H. Noonan, *Personal Identity*, Second Edition, London: Routledge, 2003; R. Nozick, *Philosophical Explanations*, Harvard University Press, 1981; D. Parfit, *Reasons and Persons*. Oxford: Oxford University Press, 1984; J. Perry, 'Can the Self Divide?' *Journal of Philosophy* 69, 1972, 463–488; S. Shoemaker e Swinburne, *Personal Identity*, Oxford: Blackwell, 1984 e P. Unger, *Identity, Consciousness, and Value*, Oxford University Press, 1990.

6 "Identity is a necessary relation; constitution is contingent", L.R. Baker, "Précis of Persons and Bodies: a constitution view" in: *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. LXIV, No. 3, May 2002, p. 593.

7 Utilizo aqui o símbolo Δ para a modalidade de contingência. Esse símbolo foi introduzido por Montgomery e Routley, cf. H. A. Montgomery/F. R. Routley, *Contingency and non-contingency bases for normal modal logics*. LA Vol. 9 (no. 35-36), 1966. pp. 318-328.

8 Cf. L. R. Baker, "When Does a Person Begin?" in: *Social Philosophy and Policy*, 22:25–48, 2005.

9 *Ib. id.*

10 A diferença dessa concepção com aquela de Daniel Dennett é a seguinte. Dennett afirma que a tecnologia chegará a criar um "eu" artificial e mecânico. Esse é o projeto da Inteligência artificial (IA). Estados mentais, para Dennett, são idênticos a estados neuronais e, assim, reproduzíveis mecanicamente. Nesse contexto, poder-se-ia pensar numa situação em que todos os meus estados mentais fossem transferidos para um robô, o que garantiria a existência de meu "eu" após a morte de meu corpo. Nesse caso, a "imortalidade do eu" seria sustentada através da máquina, uma vez que essa teria no futuro condições de reproduzir meus estados neuronais. De qualquer forma, seria uma "imortalidade" ainda dentro do espaço e do tempo. Para Baker é diferente. Estados mentais não são redutíveis a estados

- neurônais, mas constituem uma novidade ontológica, o que não deixa de trazer consigo certa contradição, como veremos adiante. A imortalidade do eu, nesse caso, vem refletida num âmbito filosófico-religioso, isto é, como sobrevivência de um “eu” para além do espaço e do tempo.
- 11 Baker discute seu fisicalismo não-reducionista em seu artigo: “Nonreductive Materialism” in: *The Oxford Handbook for the Philosophy of Mind*, Brian McLaughlin and Ansgar Beckermann, eds. (Oxford: Oxford University Press, 2008).
 - 12 Cf. L.B. Puntel, *Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. Trad. Nélio Schneider, São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2008, p. 380. Puntel critica a posição fisicalista a partir do argumento da intencionalidade e da verdade da teoria científica, mostrando que é impossível à ciência conceder uma “prova fisicalista” do próprio fisicalismo, cf. p. 380ss.
 - 13 O fisicalismo não reducionista encontra seus melhores defensores nas teorias da emergência e superveniência, mas ambas esbarram em problemas de consistência. A teoria emergentista e da superveniência têm problemas para conciliar uma microdeterminação com uma macrodeterminação, isto é, de um lado, elas explicam bem uma determinação de „baixo para cima“ (de estados físicos para estados mentais), mas não conseguem explicar de forma consistente como acontece uma determinação de „cima para baixo“ (de estados mentais para estados físicos). O problema da *causação descendente* tem oferecido dificuldades para a consistência destas posições e, assim, do fisicalismo não-reducionista em geral.
 - 14 Interessante seria analisar a posição de L.B. Puntel em seu livro *Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. Trad. Nélio Schneider, São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2008, sobretudo o capítulo quarto, ponto 4.3, onde Puntel aplica sua filosofia sistemática ao mundo humano. Sua visão poderia ser mais bem definida como uma “Visão Configuracional”, uma vez que a pessoa humana é compreendida como uma *configuração* de “fatos primos” (para uma compreensão do que sejam “fatos primos” para Puntel, ver o ponto 3.2.3 da obra supracitada), sejam eles *absolutamente essenciais*, como Intelecto, Vontade livre e Consciência; sejam eles *relativamente ou historicamente essenciais*, como “ter um corpo”, “ter nascido”, “morar”, “crescer” etc.; sejam eles *contingentes*, como “vestir um terno azul no dia 5 de setembro de 2012”, “comer pizza com os amigos dia 4 de julho de 2013” etc. (cf. p. 363s). Esses elementos configuram a pessoa num “ponto de unidade” que é o dizer-“eu”. O dizer-“eu” é o “local intencional-sistemático” da pessoa humana que garante sua identidade. Dessa forma, Puntel dá as condições de identidade para a pessoa humana (cf. p. 369): “Duas configurações, que constituem dois indivíduos *a* e *b*, são idênticas se, e somente se, elas têm exatamente o mesmo *local intencional- sistemático* Este é o caso se, e somente se, as duas condições seguintes forem satisfeitas:

- (i) As duas configurações possuem exatamente os mesmos fatos primos de todas as formas e âmbitos (condição material)
- (ii) Todos os fatos primos estão em ambas as configurações exatamente na mesma sequência e possuem as mesmas interconexões (formais) (condição formal)”

- 15 Além disso, a posição emergentista de Baker padeceria do mesmo problema de não explicar de forma consistente a conciliação entre o microdeterminismo das teorias emergentes com a afirmação de uma *causação descendente*. Baker analisa este problema em seu artigo “Metaphysics and Mental Causation” in: John Heil and Albert Mele, editores, *Mental Causation*, pp. 75–95. Clarendon Press, Oxford, 1993.
- 16 A concepção cristã fala da ressurreição da carne, o que leva a pressupor a existência também do corpo depois da morte. Mas, o “corpo espiritual”, para os cristãos, não participa das mesmas propriedades do “corpo corruptível” submetido ao tempo e ao espaço, uma vez que há no conceito de “corpo espiritual”, transformado depois da morte, a propriedade da incorruptibilidade.
- 17 L.B. Puntel em seu livro *Estrutura e ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. Trad. Nélio Schneider, São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2008. p. 369.